





Informativo Oficial do Sindicato dos Bancários do ABC
 Ano XXVII
 Edição 1080
 24/mai/2021





VACINA no braço COMIDA no prato

Sindicato reivindica prioridade na vacinação da categoria, que presta serviço essencial, e reforça importância da campanha de arrecadação de alimentos e roupas. Pg 4

Empresas e serviços públicos:

Governo ameaça privatizar em plena pandemia. Pg 2

ITAÚ: Bancários aprovam três acordos. Pg 2

Lucro dos bancos aumenta 50%: Mas demissões não param... Pg 3

Sindicato também tem cursos online. Confira. Pg 4





Empresas e serviços.....

VAMOS DEFENDER O QUE É **PÚBLICO E PARA TODOS**

SUS, Caixa, laboratórios que hoje produzem a vacina contra a covid-19: esse patrimônio é de todos os brasileiros

As empresas e os serviços públicos são um patrimônio importante dos brasileiros, mas o governo Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes têm como meta privatizar o que for possível. Se tudo for privatizado, a população vai pagar mais caro por água, luz, gás, saúde, educação e muitos mais serviços essenciais.

O movimento sindical vem alertando para o fato de que, buscando burlar a lei que só permite autorizar a privatização pelo Congresso Nacional, o governo venha criando subsidiárias nas estatais. Com isso, repassa essas novas empresas ao capital privado sem necessitar do aval

do Congresso, e aos poucos vai acabando com o que é público. A estratégia também acontece nos bancos públicos, como a Caixa, por exemplo, que recentemente realizou o IPO (oferta de ações) da Seguridade.

"Nessa pandemia ficou ainda

mais evidente a importância de manutenção dos serviços públicos. Sem o SUS, a tragédia que hoje vivemos seria ainda maior, sem a Caixa como seria feito o pagamento do auxílio a milhões de brasileiros?", questiona o diretor sindical Gheorge Vitti. Novas campanhas em defesa das empresas e serviços públicos devem ser lançadas em breve, com total adesão da entidade.



Apesar do papel fundamental no combate à pandemia, Caixa é sempre ameaçada por privatizações

Mercantil do Brasil

NEGOCIAÇÕES CONQUISTAM **AVANÇOS**

PLR, auxílio educacional e controle de jornada estão entre os itens

O mês de maio marcou avanço nas negociações com o banco Mercantil do Brasil. Entre eles, questões relacionadas a programas próprios de Participação nos Lucros e/ou Resultados, auxílio educacional e acordo de controle alternativo de jornada de trabalho/ponto eletrônico.

Com a negociação foi conquistada redução de meta do lucro, o que poderá ocasionar melhor remuneração no programa próprio de PLR e aumento dos múltiplos salariais dos escriturários. Outro avanço é a inserção de cláusula do não des-

conto do programa próprio sobre o adicional de PLR estipulado pela CCT e alteração na cláusula sobre revisão anual do acordo, que passa a ter maior periodicidade de reuniões entre a empresa e a representação dos trabalhadores para ajustes necessários devido às incertezas decorrentes da covid-19.

Também foi aumentado limite e valor das bolsas de estudo, que agora serão 120 de R\$ 280. E o banco se comprometeu a aderir à cláusula 61 da CCT sobre prevenção de conflitos.

Itaú

ASSEMBLEIA APROVA Três acordos

Bolsa educação, PCR e covid-19 estão entre os temas

Os bancários do Itaú aprovaram em assembleia nos dias 13 e 14 de maio as propostas de acordos sobre PCR 2021/2022; Emergencial Covid-19 (prorrogação) e Bolsa-Auxílio Educação 2021/2022. A aprovação foi de 100%, e a assembleia foi virtual, por conta da pandemia de Covid-19

A Bolsa Educação, renovada por dois anos, passa a ter reajuste anual pelo índice da Campanha Nacional. Já o Acordo Coletivo de Trabalho para pagamento da PCR é referente aos exercícios de 2021 e 2022 com vigência de dois anos, a contar de 01/01/2021, e término em 31/12/2022, estendendo seus efeitos até a data dos efetivos pagamentos. E o emergencial covid-19 traz a prorrogação com vigência até 01/09/2022.









Lucro

BANCOS FATURAM QUASE 50% A MAIS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DO ANO, MAS SEGUEM DEMITINDO

Mesmo com pandemia, três maiores obtiveram juntos resultado 46,9% superior se comparado ao mesmo período de 2020

A grave crise financeira vivida por milhões de brasileiros, muitos deles sem emprego por conta da pandemia, passa bem longe dos bancos que atuam no País. Três das principais instituições financeiras privadas - Bradesco, Itaú e Santander - divulgaram neste mês seus resultados do primeiro trimestre deste ano. Juntas, lucraram R\$ 16,9 bilhões, o que representa 46,9% mais do que no mesmo período de 2020 e R\$ 300 milhões acima da soma dos lucros registrados no primeiro trimestre de 2019.

Segundo a economista Vivian Machado, do Dieese, diante de um cenário imprevisível com a pandemia decretada no ano passado, os bancos subiram o provisionamento, temendo uma explosão da inadimplência. Mas o cenário para as instituições financeiras foi menos desastroso do que se imaginava, inclusive devido a planos emergenciais de crédito lançados pelo Banco Central.

Além disso, de forma cruel, os bancos reduziram despesas com fechamento de agências e promoveram a demissão de trabalhadores: foram cerca de 13 mil demitidos no ano passado nos cinco maiores do País, incluindo-se além dos três já citados a Caixa e Banco do Brasil.

"É uma contabilidade cruel, pois os bancos descumpriram acordo com os sindicatos da categoria que garantia que não haveria dispensas na pandemia. Assim, continuam a prosperar, enquanto muitos de seus trabalhadores foram lançados ao desespero do desemprego", destaca o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira.



Bradesco registrou lucro líquido de R\$ 6,515 bilhões, mas anunciou aue pretende fechar 450 agências em 2021

Caixa

SINDICATO DENUNCIA **POSTURA ANTISSINDICAL DA SR** E COBRA RESPEITO

Também está ocorrendo cobrança abusiva de metas

A mudança de postura da SR São Paulo Sul desrespeita a legítima manifestação dos empregados com práticas antissindicais, entre elas o direito de greve. Além disso está ocorrendo cobrança abusiva de metas, causando adoecimento dos empregados.

Outras questões preocupantes são a criação de salas para oferecer as ações da Caixa Seguridade, desrespeitando os protocolos contra a covid-19. "É preciso ter mais bom senso na hora de cobrar o cumprimento de metas, que já não deveria existir nesse momento

delicado que enfrentamos", afirma o diretor sindical Jorge Furlan.

O Sindicato orienta aos colegas da Caixa que denunciem práticas abusivas para que sejam tomadas as devidas providências. Leia mais sobre o assunto no nosso site.

Mulheres

BANCÁRIAS TÊM ENCONTRO NACIONAL

Pauta discute emprego e renda, feminismo e comunicação

As diretoras do Sindicato Anaide Silva, Inez Galardinivo e Carina Leone participaram no último 13 de maio do Encontro Nacional de Mulheres do Ramo Financeiro. As pautas incluíram a discussão de temas como o emprego e a renda, feminismo e comunicação nas redes. Também foi feito resgate das políticas desenvolvidas pelo movimento sindical nas últimas duas décadas.

As mulheres bancárias sempre tiveram um forte protagonismo na luta por direitos, com pioneirismo na discussão de relações compartilhadas e igualdade. Conquistaram, por exemplo, ampliações das licenças maternidade e paternidade, direitos iguais para casais homoafetivos e cláusula específica na convenção para tratar da violência contra a mulher.

Agora, as questões debatidas e propostas aprovadas no encontro, que ocorreu de forma virtual por conta da pandemia, serão apresentadas no Encontro Nacional de Mulheres da CUT, programado para acontecer no segundo semestre do ano.



Covid-19

POR QUE OS BANCÁRIOS NÃO SÃO VACINADOS?

Sindicato se empenha para que categoria integre grupo prioritário, mas bancos se calam diante de necessidade vital

Desde o início da pandemia o Sindicato vem se desdobrando para atender a categoria nas agências, exigir respeito aos protocolos para minimizar os casos de covid-19, negociar acordos emergenciais com a Fenaban, reivindicar testagem, participar de ações nas cidades para aumentar a proteção a bancários e sociedade. Mais recentemente, também foram enviados ofícios às sete prefeituras da região solicitando que a categoria seja incluída no grupo prioritário de vacinação, como já ocorreu com outros profissionais. Até agora, porém, não houve retorno positivo.

E por que esperar que essa inclusão ocorra, por que os bancários devem ser grupo prioritário na vacinação? Primeiro, porque a atividade é considerada essencial; ou seja, não pode simplesmente parar. E, segundo, porque muitos estão na linha de frente do atendimento à sociedade, e exemplo claríssimo é o que vem ocorrendo na Caixa, que já atendeu milhões de brasileiros por conta do auxílio

emergencial. Mesmo nos demais bancos prossegue o atendimento presencial, com risco diário de contágio do bancário, familiares e clientes. "Nós estamos empenhados para que a inclusão aconteça porque são muitos os casos de bancários que contraíram a covid-19. Infelizmente, há muitas vítimas fatais também", afirma o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira

Ele lembra que os bancos também poderiam fazer sua parte nessa reivindicação, ampliando a

campanha por seus trabalhadores, mas seguem calados diante de reivindicação tão importante. "Por isso é fundamental que todos os bancários se manifestem pela vacinação já, pressionando para que isso aconteça o mais rápido possível. Não há justificativa para que os bancários deixem de integrar o grupo prioritário", destaca. O movimento sindical bancário já levou a reivindicação ao Congresso Nacional, onde tramitam diversas emendas de igual teor.



EMENDAS E PLs EM CURSO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), à qual o Sindicato é filiado, solicitou a vários deputados federais, inclusive à relatoria, a inclusão da categoria bancária no Projeto de Lei (PL) 1011/2020. De autoria dos deputados Vicentinho Júnior (PL/TO), Rejane Dias (PT/ PI), Zeca Dirceu (PT/PR) e Vermelho (PSD/PR), o PL garante acesso à vacina contra a Covid-19 a todos os caminhoneiros.

Já o PL 1234/2021, do deputado federal Vinicius Farah (MDB-RJ), "determina que os trabalhos dos profissionais bancários sejam considerados serviços essenciais para fins de preferência na vacinação". A deputada federal Erika Kokay

(PT-DF), por sua vez, apresentou uma emenda ao PL 948/2021, de autoria do deputado federal Hildo Rocha (MDB/MA) incluindo os "trabalhadores dos Correios, os bancários, os fiscais agropecuários e as trabalhadoras e trabalhadores domésticos, como grupos prioritários no Programa Nacional de Imunizações (PNI) contra a Covid-19". Várias outras emendas seguem na mesma linha.

Em ofício à deputada federal Celina Leão (PP/DF), relatora do PL 948/2021, a Contraf solicitou também a inclusão da categoria ban-

No último dia 15 de março a entidade fez o mesmo pedido ao Ministério da Saúde.



CURSOS VIRTUAIS DO SINDICATO

Inscreva-se e **estude online**.....

ENTRE EM CONTATO CONOSCO:

9 96486-0093

4993-8299







